



2026

V.19

História da Historiografia

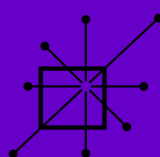
International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



FAPEMIG



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Artigo de revisão

AR

História e historiografia dos quilombos do período da
escravidão (1990-2023)





História e historiografia dos quilombos do período da escravidão (1990-2023)

History and Historiography of quilombos during the slavery period (1990-2023)

Igor Fonseca de Oliveira

igoroliveira@unilab.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-0587-2492> 

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Instituto de Humanidades e Letras do Malês, Curso de Licenciatura em História, São Francisco do Conde, BA, Brasil.



Resumo

Enquanto algumas áreas do conhecimento se aproximaram do assunto dos quilombos durante o processo de reconhecimento e implementação do direito disciplinado no Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), a História, que, até então, dominava as discussões a respeito dessa matéria, se distanciou. O presente artigo, reconhecendo essa realidade, procurou reunir e analisar de que modo as pesquisas desenvolvidas dentro dos ditames da História, e a partir da década de 1990, abordaram o assunto dos quilombos do período da escravidão. Salientou-se que, não obstante os estudos aqui analisados apresentarem discussões e aspectos metodológicos inovadores, a ponto de marcarem um novo momento na escrita da História dos quilombos do Brasil, as abordagens por eles empreendidas aprimoram discussões desenvolvidas, pioneiramente, por Clóvis Moura, Décio Freitas e Edison Carneiro, cujas contribuições são ainda pouco reconhecidas na atualidade.

Palavras-chave

História da historiografia; historiografia sobre escravidão; escravidão.

Abstract

While some areas of knowledge approached the subject of quilombos during the process of recognition and implementation of the law disciplined in Art. 68 of the Transitional Constitutional Provisions Acts (Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988), History, which, until then, dominated the discussions on this matter, distanced itself. This article, recognizing this reality, sought to gather and analyze how the research developed within the dictates of History, and from the 1990s, approached the subject of quilombos from the period of slavery. It was pointed out that, although the studies analyzed here present discussions and innovative methodological aspects, to the point of marking a new moment in the writing of the History of quilombos in Brazil, the approaches they undertake improve discussions developed, pioneered, by Clóvis Moura, Décio Freitas and Edison Carneiro, whose contributions are still little recognized today.

Keywords

History is historiography; historiography on slavery; slavery.



Introdução

Neste artigo, procura-se analisar o que se produziu no âmbito da História acerca dos quilombos e da população escravizada do Brasil que se encontrava na condição de quilombola. Muito embora se reconheça aqui que os destinos procurados e alcançados pelos escravizados que optaram, em determinado momento das suas vidas, pela evasão do cativeiro eram muito mais diversos, o presente estudo se atém apenas ao que se escreveu, mais especialmente, a respeito daqueles que residiram em estruturas aqui denominadas enquanto mocambos ou quilombos.

Trata-se, desse modo, de um estudo que se dedica a mapear a historiografia nacional dos quilombos que datam do período da escravidão. Nesse sentido, serão analisados artigos, obras individuais, coletâneas e pesquisas desenvolvidas em nível de pós-graduação *stricto sensu* que indicaram o aparecimento dos quilombos enquanto práticas de resistência dos seus integrantes contra a escravidão.

Vale salientar que o presente artigo adotou enquanto parâmetro de análise o que se escreveu a respeito do assunto somente a partir da década de 1990. Tomou-se essa decisão diante da constatação que os estudos produzidos a partir dessa data não puderam ser ainda mapeados e analisados dentro de uma perspectiva historiográfica mais ampla. Também, essa decisão acabou sendo motivada pela compreensão de que as principais mudanças interpretativas e metodológicas que estavam sendo operadas na escrita da História da escravidão do Brasil desde a década de 1980 só alcançariam, mais acentuadamente, o assunto dos quilombos na década seguinte. E, por último, essa decisão partiu ainda da percepção de que a abrangência do conceito de quilombo na esteira das discussões do que seria disciplinado no Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, promoveu uma mudança no modo como os operadores da História passaram a olhar esse assunto.

Nesse sentido, o principal propósito deste artigo consiste em analisar os rumos da escrita da História dos quilombos no Brasil a partir dos impactos provocados pelo que se consolidou enquanto um novo modo de olhar e compreender a experiência e as ações dos escravizados na diáspora. Obviamente, nem todos os estudos que serão aqui mencionados seguiram em uma mesma direção. É por isso que mais do que mencionar nomes de pesquisas ou de autores e autoras, se pretende aqui analisar as questões mais abordadas, os seus aspectos comuns, as mudanças e novidades metodológicas e conceituais apresentadas, os documentos primários recorrentemente consultados, assim como os que passaram, nas últimas décadas, a serem (re)visitados com o intuito de ampliar o que se sabia a respeito do comportamento social, econômico e político da população escravizada que se encontrava residente nos quilombos.



Diversidade e tipologias

Há, ao menos, dois estudos publicados que procuraram mapear, mais minuciosamente, o que se escreveu sobre os quilombos no âmbito da História. Um, de autoria de Flávio Gomes (2005), que analisa o que se escreveu sobre os quilombos do Brasil entre o início da década de 1930 até meados da década de 1990, e outro, de autoria de Silvia Lara (2022), que estende suas análises até pesquisas mais recentes, porém se atendo, sobretudo, ao que se produziu a respeito do Quilombo dos Palmares.

Tanto Flávio Gomes como Silvia Lara indicaram que o primeiro estudo mais sistemático a respeito dos quilombos do Brasil seria desenvolvido por Nina Rodrigues, ainda no início da década de 1930. Teria ele, ao se debruçar sob a experiência dos negros sublevados em Palmares, inaugurado um primeiro direcionamento nos escritos sobre os quilombos do Brasil. Tal direcionamento, o qual seria seguido ainda por Arthur Ramos, Edison Carneiro, entre outros, interpretaria Palmares enquanto um esforço dos escravos em criar um estado africano do lado de cá do Atlântico. Grosso modo, esses autores mostravam-se, sobretudo, preocupados em compreender as origens e as sobrevivências africanas no modo como os quilombolas, sobretudo os palmaristas, estariam organizados.

Valendo-se do que João Reis (1988) indicou ao realizar um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas na Bahia, Flávio Gomes nomeou essa primeira corrente de pensamento sobre os quilombos do Brasil de **culturalista**, uma vez que ela privilegiaria a ideia de resistência cultural; ou seja, do aparecimento dos quilombos enquanto resultado de um processo contra-aculturativo.

Mesmo o próprio Edison Carneiro indicando que o quilombo era um fenômeno contra-aculturativo, sabe-se que as discussões que ele passou a desenvolver dentro do que viria a se denominar enquanto estudos “culturalistas” seriam muito originais; não obstante o dito autor se encontrar, na ocasião, a disputar com Arthur Ramos o “espólio” deixado pelo “mestre” Nina Rodrigues sobre a questão racial e o “problema” do negro no Brasil, como apontou Gustavo Rossi (2015, p. 168). O entendimento de que os quilombos eram movimentos restauracionistas, que pretendiam reconstruir uma África, genuína e romantizada, no Brasil, seria superado apenas a partir da década de 1960, diante da publicação do estudo de um outro comunista, o Clóvis Moura.

Em *Rebeliões das senzalas*, obra publicada em 1959, Clóvis Moura inaugurou um segundo direcionamento na escrita da História dos quilombos no Brasil. Tais redutos, de acordo com ele, se constituíram diante dos movimentos de rebeldia impostos pelos escravos. Muitos pesquisadores que desenvolveram estudos sobre os quilombos a partir desse momento, mostravam-se preocupados em romper com o ideal de docilidade da escravidão do Brasil. Os atos de rebeldia promovidos pelos escravos, em especial o aquilombamento, seria uma espécie de atestado de que as relações entre senhores e escravos estavam muito distantes de serem paternais; ideário esse que passou a ser



alimentado a partir da divulgação dos estudos de Gilberto Freyre, ainda na década de 1930.

O protesto escravo seria recrutado, desse modo, como demonstração de uma reação direta à violência do cativo e, os quilombolas, apresentados, por excelência, como os mais rebeldes, os mais aptos para encampar uma resistência negra no Brasil. O enredo que, a partir daquele momento, desenvolveria o Quilombo dos Palmares, e em particular Zumbi, inspiraria outras contendas contemporâneas, sobretudo na luta por direitos civis e políticos das populações negras.

Silvia Lara (2022, p. 127) salientou o quanto as narrativas sobre o Quilombo dos Palmares se desenvolveram em consonância com “a dinâmica do marxismo e dos partidos de esquerda no Brasil”, principalmente com o Partido Comunista Brasileiro. Essa relação com os ideais marxistas, por sua vez, motivou Flávio Gomes — usando, mais uma vez, o que disse João Reis — a nomear essa segunda “corrente” interpretativa dos quilombos de **materialista**. Entre os estudiosos inseridos nessa corrente, estariam, além do mencionado Clóvis Moura, José Alípio Goulart, Luís Luna, Décio Freitas, Ariosvaldo Figueiredo, entre outros.

Foram muitas as discussões desenvolvidas a respeito dos quilombos por esses autores. Entre essas, dar-se-á destaque aqui à criação de tipologias que permitissem dividir e enquadrar melhor os redutos quilombolas em determinadas categorias de análise. Os estudos publicados, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1970, se empenharam em apresentar experiências de aquilombamento para muito além de Palmares. Imaginou-se, diante da amplitude do quadro apresentado, que não era mais possível incluir em uma mesma categoria analítica redutos que não apenas se desenvolveram em momentos distintos da História do Brasil, mas ainda que apresentavam características, meios de subsistências e estruturas populacionais completamente diversos.

Foi Décio Freitas quem primeiro apresentou, na obra *O escravismo brasileiro*, uma proposta de divisão tipológica mais sistematizada para os quilombos do Brasil. Segundo ele, ao considerar a produção econômica predominante nos quilombos do Brasil, seria possível dividi-los em: agrícolas, mineradores, extrativistas, mercantis, pastoris, predatórios e de serviço.

Entre os quilombos mineradores, estariam os das Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Os extrativistas estariam dispostos sobretudo na Amazônia, enquanto os pastoris estariam situados mais ao sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Já os de serviços, eram muito comuns serem erguidos nos arrabaldes de centros urbanos como, por exemplo, os que existiram em Salvador e no Rio de Janeiro.

Sobre os quilombos agrícolas, Décio Freitas (1982, p. 39) indicou que eles “preponderaram de maneira absoluta” pelas diversas regiões do Brasil. Inclusive, era sobre eles que se detinha o maior número de dados. Localizados no alto das serras ou incursos no interior das matas, nesses quilombos as áreas agrícolas eram cultivadas a partir de técnicas complexas que, anteriormente, eram empregadas pelos seus moradores na África. Embora a agricultura representasse o seu principal

meio de subsistência, outras atividades econômicas poderiam ser desenvolvidas, paralelamente, a ela como, por exemplo, a pesca, a caça, a coleta de alimentos e o artesanato. Os quilombos agrícolas eram, por isso, os mais desenvolvidos e populosos, podendo reunir até milhares de pessoas, as quais estariam subordinadas a uma “unidade política centralizada”.

O quilombo predatório seria, por sua vez, exatamente o oposto do agrícola. Os quilombolas que neles residiam não se dedicavam a qualquer atividade produtiva, a não ser a prática de assaltos, roubos, saques e outras expropriações necessárias às suas subsistências.

Obviamente, o pouco que se sabe a respeito dos aspectos econômicos desenvolvidos no interior dos quilombos, ou para além deles, decorre muito mais do que as autoridades policiais e militares registraram na documentação primária, produzida antes e após as atividades repressoras, do que, necessariamente, os próprios quilombolas indicaram.

Na verdade, enquanto pesquisador adepto dos ideais marxistas, Décio Freitas, ao discorrer sobre os aspectos econômicos desenvolvidos em cada um desses tipos de quilombos, mostrava-se preocupado em apontar, especialmente os agrícolas, como sociedades ideologicamente comunitárias; a despeito de existir, em algum deles, uma divisão do trabalho e, até mesmo, uma apropriação dos excedentes de produção.

Entre os tipos propostos por Décio Freitas, certamente, o de maior repercussão seria o predatório. Stuart Schwartz (1987, p. 67), seguindo nessa mesma direção, indicou que “a economia dos mocambos” era, muitas vezes, “parasitária”, uma vez que estava pautada na prática de “assaltos nas estradas, roubo de gado, incursões e extorsão”. Há, evidentemente, correspondência entre as caracterizações propostas por Décio Freitas e Stuart Schwartz; não obstante, na perspectiva biológica, o comportamento dos seres parasitários e predatórios apresentarem distinções importantes.

Todavia, não seria apenas por isso que o emprego dessas expressões se mostrou inapropriado. Em um momento em que a criminalidade escrava passava a receber um novo olhar por parte dos pesquisadores da escravidão no Brasil, o próprio Stuart Schwartz chegou a reconhecer o quanto a adoção da palavra “parasitária” estava incomodando alguns dos seus críticos. Segundo Schwartz (2001, p. 49), a oposição e irritação de alguns estudiosos “à caracterização das economias dos quilombos como ‘parasitárias’ ou ‘predatórias’”, decorria sobretudo das “associações pejorativas desses termos”.

Observa-se que Stuart Schwartz não percebeu que o problema ia além da questão semântica. O primeiro a depor contra essa caracterização seria Thomas Flory, em um artigo publicado no *The Journal of Negro History*, da Universidade de Chicago. Mencionando o que disse Stuart Schwartz, Thomaz Flory (1979, p. 120) indicou que o assunto do parasitismo era não apenas comum em estudos sobre os fugidos, como ainda não era incomum ser elevado ao nível de análise econômica. Todavia, segundo Thomaz Flory, esses debates consideram sobremaneira o que as



autoridades registraram nos documentos primários a respeito das características antissociais dos comportamentos dos escravizados que estariam na condição de fugidos.

João Reis (1995/96, p. 18), por sua vez, indicou que o reconhecimento de uma série de ações criminosas praticadas pelos quilombolas não indica, necessariamente, que uma “economia ‘parasitária’” seria o aspecto central das suas atividades nos quilombos. Já Flávio Gomes (2006, p. 59), ressaltou que, para sobreviverem e se manterem autônomos e protegidos, os quilombolas do Brasil desenvolveram complexas organizações econômicas, muitas delas orientadas para a sua reprodução enquanto comunidade, motivo pelo qual elas não podem ser consideradas apenas como práticas econômicas parasitárias.

Em suma, como diversos estudos produzidos a partir da década de 1990 passariam a mostrar com mais perspicácia, não seriam os quilombolas os únicos interessados e nem mesmo os únicos providos com os seus roubos, saques, entre outros atos que, de acordo com as ordenações e códigos então vigentes, poderiam ser enquadrados enquanto delitos ou crimes.

Muitos outros indivíduos se aproximaram dos quilombolas interessados em obter alguma espécie de vantagem em seus crimes. Não era incomum, por exemplo, senhores de engenhos acusarem que parte das rezes roubadas nos seus pastos estava nutrindo os escravizados residentes em outras propriedades, inclusive com a plena complacência de autoridades e comerciantes da região. Talvez, por isso, alguns estudiosos optaram, ao analisar e destacar o dinamismo das práticas econômicas desenvolvidas a partir dos quilombos do Brasil, em dizer que eles desenvolveram relações simbióticas com o restante da sociedade.

Mesmo reconhecendo o contexto em que acabaram sendo criadas, não se pode deixar de dizer que o uso das expressões predatória, parasitária, simbiótica, ou qualquer outra que possa ser recrutada da Ecologia, pouco contribuem para a compreensão das relações econômicas complexas desenvolvidas a partir dos quilombos.

Uma outra proposta tipológica para os quilombos seria apresentada por Marcia Amantino (1996) em seus estudos sobre quilombos do Rio de Janeiro, da segunda metade do século XIX, e os quilombos das Minas Gerais, do século XVIII. Embora os seus estudos não possam ser enquadrados em nenhuma das duas correntes aqui anteriormente mencionadas, nota-se, na narrativa que Marcia Amantino desenvolveu sobre os quilombos, uma preocupação em discutir questões que eram muito recorrentes entre os estudiosos materialistas como, por exemplo: a representação e imagem do quilombola como o mais rebelde, “o pior dos escravos”.

Já quanto a tipologia criada para os quilombos, Marcia Amantino (2008, p. 122) revelou que, ao pensar:

neste quadro complexo, que envolve numerosos quilombos e suas características específicas, percebeu-se que seria necessário estabelecer uma maneira que de alguma

forma permitisse um enfoque particular para cada tipo de estrutura quilombola. Um quilombo com uma população de centena de pessoas, com agricultura, armazéns, paióis, lideranças e outros elementos não poderia ser analisado da mesma forma que um outro formado por algumas poucas pessoas errantes e escondidas no meio dos matos, sem economia e sem lideranças.

Ou seja, não obstante a motivação de criar uma tipologia estivesse assentada no ideal de diversidade de quilombos, a dita autora indicou que era preciso dividi-los não apenas a partir das atividades econômicas que desenvolviam, mas ainda a partir das suas “características internas e externas”.

Os denominados por Marcia Amantino enquanto “autossustentáveis” seriam aqueles que desenvolveram uma economia capaz de sustentar a sua população e a mantê-la em crescimento, não apenas por meio da agricultura, mas ainda através de um comércio com pessoas residentes no entorno dos seus coutos, apesar de não depender delas para disporem de alimentos. Havia, ocasionalmente, ataques e roubos, mas era sobretudo a agricultura de subsistência desenvolvida no interior da comunidade quilombola que determinava o modo como os seus moradores se relacionavam com as pessoas que não pertenciam ao quilombo.

Já os “quilombos dependentes” seriam apresentados por Marcia Amantino como aqueles quilombos que não conseguiram desenvolver condições de prover a sua subsistência, ou optaram, de alguma maneira, por não seguir nessa direção. Ou seja, desprovidos de uma economia capaz de sustentá-los, os seus moradores, reunidos em pequeno número no interior das matas, sem qualquer espécie de comando ou hierarquização, dedicavam-se sobretudo à prática de assaltos e saques para obterem alimentos.

O último tipo apresentado englobaria cada uma das características anteriormente mencionadas, daí eles serem denominados enquanto “quilombos mistos” ou “quilombos [ainda] em transição” para o estágio de autossustentabilidade. Teriam, desse modo, mirado e estabelecido alguma prática de agricultura de subsistência, mas essa não era ainda, por si só, capaz de nutri-los a ponto de não mais precisarem cometer saques e roubos para obterem alimentos.

Tratava-se de uma proposta tipológica menor da apresentada aqui anteriormente, mas que permitiria, como vimos, englobar desde os quilombos mineiros do século XVIII até os do Rio de Janeiro do século XIX. Todavia, no caso dos situados em Minas Gerais, o tipo misto, seria diluído nos dois anteriores, uma vez que os quilombolas dessa capitania, independente da robustez da economia e da dimensão dos seus coutos, estariam sempre a praticarem saques, roubos e assaltos.

Vale salientar que Márcia Amantino (2008, p. 140) indicou que não apenas em Minas Gerais, mas ainda no Brasil, prevaleceram os “quilombos dependentes”, denominados por ela ainda



como “hordas quilombolas”. Eram mais comuns por serem menores e, portanto, por deterem maior poder de mobilidade e dispersão dos seus membros quando atacados. Inclusive, Marcia Amantino indicou que não se podia “descartar a possibilidade de estes tipos de quilombos serem uma espécie de primeira fase do estágio para atingir uma etapa posterior, durante a qual se transformariam em estruturas mais complexas”. Tratava-se de um ideal que ia de encontro ao que disse Décio Freitas, uma vez que ele indicou que os “quilombos agrícolas” seriam os mais recorrentes no Brasil.

Mesmo que se possa encontrar depois um ou outro enquadramento dentro do que indicou Décio Freitas, Stuart Schwartz e Marcia Amantino, sabe-se que essa preocupação de criar tipologias mais sistematizadas não avançou para além do que se apresentou aqui. Flávio Gomes e Maria Helena Machado (2011, p. 94), ao escreverem sobre os quilombos paulistas dos séculos XVIII e XIX, indicaram que, “mais do que tipologias”, as abordagens sobre esses redutos “exige a necessidade de análises mais detalhadas que considerassem, entre outras coisas, estruturas socioeconômicas, políticas senhoriais, meios de controle e estratégias das comunidades de senzalas, e o modo como estas se articulavam com a população quilombola.

Flávio Gomes (2015, p. 74) voltou a se posicionar a respeito da criação de tipologias para os quilombos brasileiros alguns anos depois. Segundo ele, em razão da diversidade, da intensidade, da periodicidade com que eles apareciam, desapareciam e reapareceriam, entre outras características que apresentavam, era, sobretudo, “complicado” criar alguma espécie de tipologia, uma vez que se podia sugerir generalizações. Também disse, pouco depois de ressaltar o pioneirismo de Décio Freitas nessa discussão, que “tipologias não podem ser vistas como camisas de força”, visto que “os vários tipos de quilombos eram transformados e ao mesmo tempo transformavam as paisagens onde se estabeleciam”.

Na ocasião, além de indicar que o aquilombamento poderia adquirir novos significados a depender do momento e do ambiente em que se ele deu, Flávio Gomes (2015, p. 74) disse ainda que quilombos com características distintas poderiam coexistir em uma mesma região e suas ações estarem, de algum modo, integradas. Por exemplo, os “quilombos caracterizados como protesto reivindicatórios”, os quais, na maioria das vezes, eram constituídos por escravizados evadidos de um mesmo senhor, que se mantinham reunidos nas imediações da propriedade em sinal de protesto e a reivindicar a manutenção ou o alargamento de algumas conquistas, poderiam se valer das atividades econômicas e das práticas sociais desenvolvidas pelos “quilombos itinerantes”, que, por sua vez, eram redutos com alto poder de mobilidade, compostos sobretudo por escravizados do sexo masculino, que praticavam crimes e outros delitos para a obtenção de alimentos e armas.

Foi nessa direção que seguiu a maioria dos estudos produzidos a partir da década de 1990. Houve quem apontasse e, até mesmo, quem nomeasse os quilombos que estavam analisando de acordo com as suas características, aparentemente, mais sobressalentes, porém sem incluí-los em

qualquer esquema tipológico mais amplo como os apresentados, *a priori*, por Décio Freitas.

Por exemplo, Maria Helena Machado e Flávio dos Santos Gomes (2011) demonstraram o quanto o processo de ocupação do solo nas regiões que abrangiam o quadrilátero central, o oeste e o noroeste da província de São Paulo, empurrou os quilombos para ambientes mais interioranos, próximos das Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Isso seria possível, sobretudo, por conta de os quilombolas integrarem “comunidades/quilombos volantes”, os quais seriam muito comuns na segunda metade do século XIX.

Igor Oliveira (2023) adotou a mesma categoria *volante* como principal meio de entender não apenas as características, mas ainda as experiências de muitos quilombolas reunidos nas matas dos engenhos do Vale do Cotinguiba, em Sergipe d’El Rey do século XIX. É preciso salientar que a indicação do poder de mobilidade das comunidades quilombolas não era um aspecto novo. Lembremos que Edison Carneiro (2001, p. 15) mencionou que um documento produzido no âmbito dos ataques contra Palmares revelou que os negros não tinham qualquer “firmeza” nos seus mocambos, uma vez que passavam de um para outro de acordo com a necessidade. Tal “mobilidade completava a proteção” disponibilizada pela natureza.

Ou seja, o aspecto inovador nesses últimos estudos não está em destacar a mobilidade em si, mas em entender, a partir da perspectiva dos quilombolas, como essa característica permitiu que determinadas rotas e ambientes pudessem ser alcançados com mais regularidade, assim como outros evitados. Entende-se o deslocamento para além de mais uma estratégia evasiva, mas ainda como uma maneira de conectar indivíduos que a escravidão separou. Não se cria, desse modo, uma nova categoria de quilombo, apenas se amplia, ao centrar em determinadas características, o entendimento sobre a experiência de escravizados e outros personagens sociais que rumaram para esses redutos.

Pioneirismo, contribuições e permanências

No início da década de 1980, os atos de rebeldia promovidos pelos escravizados seriam (re)visitados sobretudo para contrapor o ideal da “incapacidade política dos escravos”, o qual, grosso modo, seria um desdobramento da associação entre os antigos ideais de “coisificação”, “inconsciência ideológica” e “incompetência de promover movimentos coletivos revolucionários” por parte dos escravos.

Um dos primeiros a apresentar o “caráter político dos quilombos” seria Carlos Guimarães, no artigo denominado “Quilombo e política”. Levando em consideração as experiências dos quilombos das Minas Gerais do século XVIII, Carlos Guimarães (1995, p. 78) desenvolve uma análise que parte do pressuposto de que o caráter político deles decorria da sua constituição estar associada

a disputas entre diversas categorias sociais, especialmente as dos escravos, forros e senhores de escravos. Vale salientar que, dentro da categoria escrava, o autor destacaria ainda uma outra: a dos “escravos que se projetam como líderes e executam” a “tarefa fundamental” de “convencer outros escravos a fugirem, servir de guia para estes novos quilombolas e fazer a articulação entre vários quilombos”.

Quais seriam as suas conclusões? O dito autor destacou, sobretudo, os seguintes pontos: 1) a necessidade de superar a questão da incapacidade política dos escravos; 2) a percepção do quilombo enquanto uma modalidade de existência do campesinato na sociedade escravista; 3) ultrapassar, na análise desse campesinato, a visão mais sobressalente, a econômica, devendo-se alcançar ainda a sua dimensão política; 4) o quilombo enquanto expressão da **luta de classes**, entre senhores e escravos; e 5) a possibilidade de percepção do quilombo não só enquanto um assombro da resistência escrava, mas ainda como um projeto político que evidenciava estratégias de realização por parte de seus membros.

O enredo analítico e interpretativo desenvolvido por Carlos Guimarães, mesmo estando ele agora mais interessado em entender “os sentidos políticos”, não se distanciou muito do que ele empregou em estudo anterior sobre os quilombos mineiros do século XVIII. Ou seja, manteve-se dentro dos preceitos **materialistas**.

João Reis e Flávio Gomes (2008, p. 13) ressaltaram o quanto os “poucos estudos” sobre os quilombos datados dos anos de 1980 e 1990 não abandonaram, ao menos plenamente, a problemática **cultural** e nem a influência **marxista**. Teriam, contudo, desistido da procura incessante por “sobrevivências africanas” e, até mesmo, “da rigidez teleológica do marxismo convencional”, passando então a desenvolver o debate a respeito dos quilombos a partir de perspectivas mais recentes, as quais, por sua vez, deviam muito “à renovação da historiografia marxista”.

Há, certamente, muitos escritos sobre como o aparecimento de uma nova perspectiva e abordagem a respeito da escravidão no Brasil esteve relacionado ao modo amistoso como se passou a recepcionar aqui novidades, inclusive metodológicas, apresentadas por pesquisadores estrangeiros, entre os quais, partes deles, estaria a propor mudanças importantes no escopo com que eram desenvolvidos os estudos marxistas. Não se pretende, por isso, alongar o presente debate. Todavia, não se pode deixar de mencionar que, no caso das pesquisas sobre os quilombos, parte das mudanças analíticas que seriam apresentadas, decorriam, sobretudo, da ampliação de alguns pontos indicados anteriormente por estudiosos **culturalistas** e **materialistas**, porém, dessa vez, interpretados a partir dos preceitos estabelecidos pela História Social, e desenvolvidos a partir das propostas metodológicas apresentadas pela Micro-História e pelo Método Indiciário.

Na dissertação de mestrado de Flávio dos Santos Gomes, desenvolvida na Universidade de Campinas, pode-se perceber os principais rumos que a Historiografia dos quilombos iria seguir

a partir de então. Flávio Gomes direcionou as abordagens desenvolvidas a respeito dos quilombos para a perspectiva dos quilombolas; nesse caso, os do Recôncavo da Guanabara, no Rio de Janeiro do século XIX. Estratégias de sobrevivência, mecanismo de ataque e proteção, interações e agenciamentos, meios de organizações sociais e econômicas, motivações e sentidos políticos das ações desenvolvidas pelos quilombolas são alguns dos aspectos abordados. É a experiência dos quilombos imersos no mundo da escravidão que importa.

Flávio Gomes (2006, p. 45) introduziu conceitos que se mostrariam importantes como, por exemplo, o **campo negro**, descrito por ele como uma espécie de “arena social”, onde uma série de personagens que vivenciavam **os mundos da escravidão**, e não apenas os quilombolas estariam conectados e a desenvolver práticas econômicas, políticas e sociais de solidariedade e proteção, a partir de interesses e prismas diversos.

Mesmo o contato e as relações, sobretudo, econômicas impetradas a partir dos quilombos sendo reconhecidas e ressaltadas em muitos estudos, não era incomum, como destacado aqui anteriormente, se apontar que os redutos quilombolas eram erguidos em uma espécie de sociedade marginal, paralela. É de posse desse entendimento que se compreende a importância da expressão **campo negro**, uma vez que se distancia plenamente do ideal de marginalização e suplanta o aspecto econômico com que se procurava explicar as conexões e os contatos estabelecidos pelos quilombolas.

Ou seja, em certa medida, o desenvolvimento do conceito de **campo negro** pode ser entendido como uma resposta de Flávio Gomes para os conceitos **predatório** e **parasitário**, os quais, como vimos, reduziram as relações impetradas a partir dos quilombos ao aspecto econômico. Lembremos que entre os pontos elencados por Carlos Guimarães ao estudar o sentido político dos quilombos estava a necessidade de suplantar aquilo que parecia ser mais perceptível: a economia.

Mais recentemente, Silvia Lara (2022, p. 132) indicou que, em relação a escrita da História dos quilombos, “o panorama mudou por completo desde as pesquisas realizadas por Flávio Gomes, no início na década de 1990”. Segundo ela, os estudos desse autor “abriram a possibilidade de investigar novas dimensões da vida nos quilombos e suas relações com as várias modalidades de fuga, e com outros grupos e segmentos sociais”.

É possível indicar, de modo sumário, que a maior contribuição de Flávio Gomes decorre da sua preocupação em interpretar a História dos quilombos do Brasil a partir da perspectiva dos quilombolas. Trata-se, desse modo, de uma inversão analítica, na medida que procura entender o protesto e os atos de rebeldia promovidos a partir dos quilombos não apenas como uma resposta ao controle social imposto pelos senhores, mas ainda como parte de um complexo processo de reelaboração de vidas escravizadas. Isso demandaria, para aqueles que estavam na condição de evadidos, além de novas moradias, mesmo que momentâneas, ainda outras sociabilidades e



estratégias de sobrevivência. É a autonomia e as próprias lógicas de constituição e manutenção das comunidades quilombolas que interessa a Flávio Gomes.

Também pode se perceber nesse estudo de Flávio Gomes uma relação mais direta entre as experiências vivenciadas pelos quilombolas do período da escravidão com a História agrária do Brasil e a emergência de um campesinato negro, sobretudo no período do pós-emancipação. Os movimentos e as disputas por direito e representatividade nos debates da constituinte, os quais resultaram na inclusão do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Carta Magna de 1988, colocaram o direito das populações remanescentes de quilombos na ordem do dia, dando uma maior visibilidade à História de muitas comunidades negras rurais.

No estudo de doutoramento de Eurípides Funes (2022), sobre as comunidades mocambeiras do Baixo Amazonas da segunda metade do século XIX, intitulado *Nasci nas matas, nunca tive senhor*, pode-se perceber o quanto o passado de luta contra a escravidão mantinha-se não apenas vivo na memória dessas comunidades, mas ainda o quanto essa memória era um aspecto importante para que a população ali residente continuasse a lutar, dessa vez contra um Estado que os nega o acesso à terra.

Mesclando a sua narrativa entre o que dizia a documentação primária manuscrita, produzida por autoridades interessadas e responsáveis por debelar os mocambos, e as memórias dos descendentes dos mocambeiros, sobretudo os que integravam as comunidades remanescentes de quilombo do Baixo Amazonas, Eurípides Funes desenvolve uma enriquecedora análise sobre os quilombos em regiões de acesso remoto, porém nunca isolados.

O uso da História Oral não era algo plenamente novo no âmbito de pesquisas sobre a História da escravidão no Brasil. Havia algumas iniciativas importantes como, por exemplo, a desenvolvida, desde o ano de 1994, por Ana Lugão Rios, Hebe Matos e Robson Martins no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense, a qual resultou, anos depois, na publicação da obra *Memórias do Cativo*.

Nesse sentido, o ineditismo do estudo de Eurípides Funes decorria mais pelo emprego da História Oral em uma pesquisa que procurava retratar o assunto dos quilombos do período da escravidão. Quando cruzados com a documentação manuscrita conservada nos arquivos coloniais e pós-coloniais, os depoimentos e as memórias dos descendentes dos mocambeiros permitiram que Eurípides Funes ampliasse o nosso olhar sobre o que os quilombos significavam para essas pessoas.

No ano de 1996, Flávio Gomes e João José Reis organizaram *Liberdade por um fio*, uma coletânea de artigos que procurou mapear e analisar a experiência dos quilombos em regiões e momentos distintos da História do Brasil; desde Palmares, no século XVII, passando pelos das Minas Gerais e Goiás, no século XVIII, alcançando os do Amazonas, Maranhão, Pernambuco, Bahia

e Rio Grande do Sul, no século XIX.

Existiam duas preocupações importantes entre os organizadores: uma era estender as abordagens sobre os quilombos para além de Palmares; e a outra era apresentar uma amostra de como estavam sendo estudados os quilombos do Brasil, daí a necessidade de convidar autores que pensavam a experiência dos quilombos a partir de perspectivas interpretativa e metodológica diversas.

Sendo publicada em um momento que pesquisadores de muitas outras áreas do conhecimento mostravam-se interessados pelo assunto dos quilombos, essa obra encarou o problema, propositalmente, dentro dos ditames da História. Os artigos que compõem essa coletânea apresentaram um panorama amplo e diverso da resistência escrava impetrada a partir dos quilombos. Muitas ações perpetradas pelos quilombolas passaram a ser dotadas de consciência política, o que, em parte, acabou sendo apresentado a partir do envolvimento de algumas comunidades em movimentos sociais que pareciam ser, aparentemente, alheios aos seus interesses, mas que, na ótica dos quilombolas, permitiu a eles a contratação de novas alianças, o reconhecimento dos seus interesses e, até mesmo, a ampliação da proteção aos seus coutos, estivessem eles nos sertões, incursos em florestas tropicais densas e repletas de obstáculos naturais, ou nos arredores de vilas e cidades, por isso não muito distantes de onde outrora escaparam.

Os autores que assinaram os artigos de *Liberdade por um fio* são pesquisadores experientes, com estudos devidamente reconhecidos sobre a resistência escrava. Entre eles, além dos organizadores acima mencionados, estavam: Stuart Schwartz, que, como dito, produziu estudos sobre Palmares e os quilombos da Bahia e das Minas Gerais ainda na década de 1970; Mário Maestri Filho, autor de *Quilombos e quilombolas em terras gaúchas* [1979]; Carlos Guimarães, que publicara *A negação da ordem escravista* (1988); Silvia Lara, autora de *Campos da violência* (1988) e que, a partir daquele momento, ampliaria ainda mais suas pesquisas sobre Palmares; Marcus Carvalho, estudioso do Quilombo do Malunguinho, da zona da mata de Pernambuco; e Richard Price, que organizou *Marrons Societies*, um clássico nos estudos sobre os quilombos das Américas.

É de supor que a ausência, na obra citada anteriormente, de uma abordagem interdisciplinar e, até mesmo, de um viés mais **materialista** da História, motivou Clóvis Moura a organizar uma outra coletânea, intitulada *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*, a qual seria publicada no ano de 2001. Sua pretensão era apresentar a quilombagem enquanto um processo permanente, abrangente e relevante no processo da dinâmica social, porém expressando-a como **luta de classes**.

O emprego do conceito de quilombagem não era, necessariamente, uma novidade, visto que o próprio Clóvis Moura o apresentou em *História do negro brasileiro*, obra publicada, originalmente, no ano de 1889. Tratava-se, de acordo com ele, de um movimento contínuo de rebeldia e mudança social provocado, organizado e dirigido pelos escravos, capaz não apenas de desgastar o sistema



escravista, mas de permitir o seu pleno colapso.

Todavia, o conceito de quilombagem não se espalhou para além dos próprios estudos produzidos por Clóvis Moura. O mesmo pode ser dito em relação as discussões esquemáticas que ele desenvolveria sobre os níveis de consciência rebelde pelos quais os escravos passavam até alcançar o estágio de quilombola. Mesmo supondo que Clóvis Moura reconhecesse o pouco espaço e atenção que essas discussões estariam a receber, naquele momento, entre os estudiosos, ele procurou não apenas reacendê-las, mas ainda problematizá-las em uma coletânea que contaria, sobretudo, com a contribuição de pesquisadores que escreveram sobre o assunto dos quilombos na década de 1970, entre os quais destaco aqui: Vicente Salles, autor de *O negro no Pará sob o período da escravidão* (1971); Pedro Pedreira, autor de *Os quilombos brasileiros* (1973); Martiniano Silva, autor de *Sombra dos quilombos* (1974); Ariosvaldo Figueiredo, autor de *O negro e a violência do branco* (1977); e Josemir Melo, que publicou um artigo sobre os quilombos da província de Pernambuco no ano de 1977.

Quanto aos estudos mais recentes sobre os quilombos do Brasil, estes não mereceram qualquer nota, nem mesmo da parte de Carlos Guimarães e Mario Maestri Filho, os quais participaram como autores daquela coletânea organizada por João Reis e Flávio Gomes. Tudo indica que a intenção de Clóvis Moura era sim de reposicionar as discussões sobre os quilombos dentro dos preceitos materialistas, porém se distanciando de debates que, naquele momento, pareciam estar superados.

No início do século XX, quando da publicação da coletânea organizada por Clóvis Moura, os preceitos e as abordagens da Nova História Social da Escravidão estavam não apenas disseminados, mas ainda consolidados em muitos programas de pós-graduação em História pelo Brasil. Não se vivenciava mais os acalorados debates de outrora e sequer o assunto da resistência escrava ocupava o cenário das pesquisas sobre a escravidão, ao menos com a mesma primazia de antes. No caso, mais especialmente, dos quilombos, o desinteresse de novos estudos no âmbito da História parecia estar ainda relacionado à ampliação do seu conceito.

Isso porque, como apontou Adelmir Fiabani (2014, p. 359), a preocupação que o preceito constitucional estabelecido no Art. 68 do ADCT acabasse sendo ineficaz, permitiu uma readequação e uma reinterpretação do conceito histórico de quilombo. Tal situação, associada ao novo modo de politizar essa questão, conduziu o assunto dos quilombos “para longe das lides históricas”, como observou Silvia Lara (2022, p. 133).

Ou seja, em outras palavras, os historiadores que, até meados da década de 1990, dominaram as narrativas sobre os quilombos no Brasil, se distanciaram desse assunto ao ver ruir uma concepção muito pautada ainda nas respostas dadas pelo Conselho Ultramarino, datadas ainda do século XVIII.

Uma rápida pesquisa nos repositórios das instituições de ensino superior do Brasil revela essa realidade. Há um número cada vez maior de pesquisas — em nível de mestrado e doutorado — sobre comunidades remanescentes de quilombo em determinadas áreas do conhecimento como, por exemplo, a Pedagogia, a Antropologia, o Direito e a Geografia. Já os estudos sobre os quilombos produzidos dentro do âmbito da História praticamente não existem mais.

Todavia, não se pode esquecer que a motivação em estudar os quilombos, especialmente os do período da escravidão, esteve muito associada aos ideais **materialistas**, os quais se mostravam, sobretudo, preocupados em contrapor o mito da **democracia racial**. O próprio Clóvis Moura (1981, p. 11) reconheceu isso ao publicar a 3ª edição de *Rebeliões da senzala*. Segundo ele, essa sua obra despertou:

não apenas a Inteligência, mas a comunidade negra para o debate de um assunto/ problema que era considerado tabu pelos historiadores e sociólogos acadêmicos, especialmente em consequência da herança da obra de Gilberto Freyre que apontava o Brasil como o paraíso da democracia racial, fruto e decorrência da benignidade inicial do nosso escravismo patriarcal, e, depois, das relações interétnicas democráticas seguidas após o 13 de maio.

Muitos pesquisadores, parte deles citados aqui anteriormente, seguiram na esteira do que Clóvis Moura indicou e mostraram-se igualmente preocupados em demonstrar que a **benignidade** e o caráter **paternal** do escravismo no Brasil eram ideais insustentáveis. Viu-se aqui anteriormente que a preocupação em contrapor esses ideais, assim como os de **passividade** e **acomodação** dos escravos, não impediu que um outro mito pudesse ser criado depois: o da *incapacidade política dos escravos*. Trata-se de um ideal que seria combatido inicialmente pelo próprio Clóvis Moura, muito embora ele reconhecesse apenas o escravo no “estágio” de quilombola como o único capaz de contrapor o escravismo. Foi, no entanto, somente na década de 1980, em decorrência das mudanças interpretativas e metodológicas provocadas pela Nova História Social da Escravidão, que o ideal da **incapacidade política dos escravos** encontrou uma maior oposição.

Ocorre que, uma vez reconhecida a violência do nosso sistema escravista e repelidos os ideais de **democracia racial** e **incapacidade política dos escravos**, novos assuntos relacionados à escravidão passaram, naturalmente, a se impor, ocupando, assim, os espaços e as discussões que antes estavam mais direcionadas à resistência escrava. Nesse sentido, supõe-se que não se deve creditar a diminuição de estudos sobre os quilombos no âmbito da História apenas ao alargamento do seu conceito, mas ainda a questões que são inerentes a nossa própria Historiografia.

Os poucos pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto dos quilombos a partir dos anos 2000, praticamente, o abordaram em meio a discussões mais amplas, que pretendiam



analisar os rumos e as diversas experiências vivenciadas pelos escravizados que se encontravam na condição de fugidos.

Por exemplo, José Maia Neto (2023) abordou sobre os quilombos em um estudo que pretendia, de modo mais amplo, apresentar as diversas experiências vivenciadas pelos escravizados que estavam na condição de evadidos pela região da Amazônia Brasileira. Já Martha Rebelatto (2006, p. 22), por sua vez, relacionou a prevalência de notícias sobre os quilombos em Santa Catarina, na primeira metade do século XIX, a uma inserção maior de novos escravizados na província. Sharyse Amaral (2007) abordou o movimento e as ações impetradas pelos quilombolas no decorrer de um estudo que pretendia, mais especialmente, compreender como os escravos e os libertos estavam a atuar para alcançar a liberdade nos últimos anos da escravidão na província de Sergipe. O mesmo pode ser dito em relação ao estudo de Danilo Marques (2020), que dedicou uma parte da sua pesquisa sobre os atos de insubordinações promovidos por escravizados na província de Alagoas para abordar a respeito dos quilombos que insistiam em aparecer nos arredores da cidade de Maceió, sobretudo na década da abolição. Tentava-se impedir ali a emergência de um novo Palmares.

Também mais recentemente, por meio de uma pesquisa mais ampla que Larissa Azevedo (2021) estava desenvolvendo sobre a relação entre a polícia e a escravidão no Brasil Império, pode-se perceber o quanto a preocupação com a ordem e a segurança pública mobilizou ataques contra um quilombo situado na Serra do Cubatão, na província de São Paulo. O seu olhar, diante dos objetivos da pesquisa, não se voltou diretamente para os quilombolas, mas sim para como a administração pública do Brasil recém independente estaria cuidando da problemática que permeava os quilombos.

É possível perceber que, independentemente do modo como direcionam e dão destaque aos quilombos, muitos dos pesquisadores que se debruçam, na atualidade, a respeito dessas questões, estão desenvolvendo problemáticas que seriam postas, pioneiramente, por Edison Carneiro, Clóvis Moura e Décio Freitas.

Não se pode esquecer do quanto esses autores contribuíram para o desenvolvimento da escrita da História dos quilombos do Brasil. Houve sim “excessos” por parte deles ao indicar o quilombo enquanto um assombro *contra-aculturativo*, que pretendia restaurar padrões societários genuinamente africanos; ao diminuir o papel dos escravizados crioulos, nascidos no Brasil, na prática do aquilombamento; ao relacionar a emergência dos quilombos a momentos determinados de penúria e decadência econômica, que resultariam em relaxamento da vigilância e disciplina da escravidão; ao criar níveis de consciência e estágios de rebeldia escrava até que se alcançasse o *status* de quilombola, entre outros.

Em compensação, sobraram em seus estudos análises pioneiras e inovadoras. Por exemplo, no mencionado ensaio denominado “Singularidades dos quilombos”, publicado, originalmente,

ainda em 1953, e que seria acrescido a segunda edição de *O quilombo dos Palmares*, Edison Carneiro reconheceria, desde então, que se existiu um **momento** determinado para o surgimento dos quilombos, este estava diretamente relacionado ao aumento do comércio internacional de escravizados para o Brasil. Trata-se de uma questão que somente muito depois seria abordada por Eugene Genovese (1983, p. 33), pesquisador norte-americano que muito influenciou a virada interpretativa pela qual passou os estudos sobre o protesto escravo no Brasil a partir da década de 1980. Manolo Florentino e Marcia Amantino (2012, p. 266), somente mais recentemente, adotando como parâmetro de análises os “padrões” de fugas em algumas regiões escravistas das Américas, apontaram a existência de uma correlação positiva entre os desembarques de africanos e o surgimento de quilombos, palenques etc. Segundo eles, visto que o século XVIII concentrou 2/3 das viagens negreiras, isso explica o porquê de se notar um maior número de evasões escravas no Brasil e no Caribe, do que na América espanhola e, sobretudo, no sul do EUA, “onde mesmo os quilombos congregavam menores contingentes e obtinham menores êxitos do que naquelas regiões”.

Outra questão inovadora apontada por Edison Carneiro seria a maneira como os quilombolas procuravam visitar, comerciar e estabelecer alianças **reciprocamente benéficas** com as populações residentes no entorno dos seus coutos; uma problemática, diga-se de passagem, que seria mais bem explorada, pouco depois, por Clóvis Moura. Há outras questões inovadoras e que merecem aqui destaque como, por exemplo: o reconhecimento de que não só o “rigor do cativeiro” poderia explicar a prática do aquilombamento; que as **entradas** eram motivadas não apenas pelo anseio de se capturar negros, mas ainda de obter o domínio de áreas potencialmente agrícolas; que a mobilidade era uma estratégia importante, principalmente quando aliada à proteção natural; que o despovoamento de um quilombo não resultaria, necessariamente, na sua plena destruição; etc.

Ou seja, não restam dúvidas de que muitas discussões postas como atuais são desdobramentos de problemáticas ressaltadas, anteriormente, por Edison Carneiro, Clóvis Moura e Décio Freitas. Se João Reis e Flávio Gomes (2008, p. 13) apontaram, repito, que “os poucos estudos mais recentes sobre os quilombos e revoltas escravas, escritos nos anos 1980 e 1990, não abandonaram a problemática cultural nem a influência marxista”, o mesmo pode ser dito por aqueles que produziram seus estudos nas duas primeiras décadas do século XX.

Inclusive, no recente estudo de Bruno Pinheiro Rodrigues (2019) sobre os quilombos do Mato Grosso do século XVIII, em especial o Quilombo Grande ou Quariterê, do qual seria seu remanescente o Quilombo do Pioelho, comandado pela rainha Tereza de Benguela, nota-se a presença de discussões que seriam caras para os estudiosos **culturalistas**.

Em uma parte da análise que desenvolveu sobre o Quilombo Grande, Bruno Rodrigues procurou interpretar a sua organização política a partir de sobrevivências, ecos e recordações



de práticas políticas e militares desenvolvidas pelos povos de origem *bantu*, especialmente os Imbangalas e Ovimbundus. Grosso modo, a sua intenção era perceber quais as “bagagens” culturais e políticas oriundas desses povos que “atravessaram o Atlântico”, aportaram nas senzalas e seriam conduzidas para o interior do Quilombo Grande. Nesse sentido, Bruno Rodrigues (2019, p. 320) ressaltou que a possibilidade da aceitação indiscriminada de novos integrantes para compor a população desse quilombo estaria associada a uma espécie de *bantunização* do território onde ele estava disposto; o Quilombo Grande estaria organizado “imagem e semelhança” do *kilombo* para os Imbangalas, visto que estes não restringiam o acesso a qualquer critério de linhagem.

Foi ainda a partir das práticas de sucessão política desenvolvidas pelos povos escravizados no *hinterland* de Benguela que Bruno Rodrigues (2019, p. 323) procurou explicar o motivo pelo qual a viúva Tereza de Benguela assumiu o posto de rainha após a morte do antigo rei; não existindo qualquer primogênito, seguiu-se o preceito de proximidade de parentesco.

Todavia, os “intercâmbios” e as “hibridizações de culturas” não paravam por aí. Havia, paralelamente a essa **bantuização**, ainda um processo de “aruaquização” — penetração e assimilação de práticas culturais de povos indígenas denominados Aruaques — pelo Mato Grosso, que alcançaria os moradores do Quilombo Grande. Tudo começaria, de acordo com Bruno Rodrigues (2019, p. 288), pela prática de raptar mulheres e crianças indígenas desenvolvidas pelos quilombolas. Tal prática, por sua vez, resultaria em uma população com acentuado número de indígenas, o que poderia ser atestado por meio de dois documentos que narraram ataques contra o Quilombo Grande; um datado de 1770 e outro de 1795. No caso das mulheres indígenas raptadas, uma vez integradas ao quilombo, elas passaram a disseminar práticas culturais do seu povo de origem, sobretudo as relacionadas ao plantio e ao cultivo de alimentos. Esse mesmo processo de “aruaquização” poderia ocorrer ainda pela incorporação de indígenas na estrutura e na organização política do Quilombo Grande.

Nota-se, no entanto, que a narrativa desenvolvida por Bruno Rodrigues, muito embora se aproxime, em algum momento, das interpretações **culturalistas**, não mais insiste no aspecto restauracionista. Pelo contrário! Ela se envereda pelo que Stuart Schwartz (2001, p. 232), muitos anos antes, indicou ser o “até então ignorado problema dos contatos e das relações sociais afro-indígenas” nos mocambos.

Todavia, Bruno Rodrigues procurou — ao que parece — seguir, sobretudo, a sugestão dada por João Reis e Flávio Gomes (2008, p. 12), ou seja, de que era importante para o historiador da escravidão, “em particular da rebeldia escrava”, investigar “a história dos africanos anterior à travessia do Atlântico”. Isso porque, segundo eles, é no:

processo de construção de novas instituições, culturas e relações sociais que se deve voltar o estudioso, até para descobrir por que quilombolas e escravos em geral

escolheram manter certos aspectos de suas origens africanas e não outros e, assim, ao mesmo tempo que africanizavam seu novo mundo, renovavam o que da velha África conseguiram carregar consigo.

É partindo desse prisma que Bruno Rodrigues indicou ser o Quilombo Grande a convergência entre noções de organização política e militar de povos da África Centro-Occidental, especialmente os Ovimbundu-Imbangala, e práticas de produção de alimentos dos Pareci-cabixis, povos indígenas naturais do próprio Vale do Guaporé, no Mato Grosso.

O artigo recém-publicado de Junia Furtado (2022) apresenta uma novidade metodológica nos estudos sobre os quilombos do período da escravidão. Inserido em uma coletânea que procura explicar “uma ou outra” História do Brasil por meio de mapas, a mencionada autora desenvolve uma análise dos mocambos e quilombos das Minas Gerais usando, sobretudo, mapas datados do século XVIII, mais precisamente de 1769 e 1784, além de uma espécie de versão atualizada desse último, datado de 1790.

O uso de mapas para instrumentalizar e orientar as expedições repressoras em curso, além de outras que poderiam ocorrer em um momento não muito distante, parecia ser algo comum durante os setecentos. Todavia, poucos são os mapas que resistiram após dar-se por encerradas as missões nos matos. Mais raros ainda são os que sobreviveram e apontam, em uma espécie de planta, o posicionamento e/ou a estrutura de cada mocambo encontrado no decorrer da marcha. Foi Stuart Schuartz (1987) quem primeiro empregou o método de análise de plantas em um estudo sobre os quilombos do Brasil, mais precisamente sobre o Quilombo Buraco do Tatu, situado na costa de Itapoã, em Salvador. Uma planta datada de 1763, mesmo ano em que se deu a destruição desse quilombo, seria usada para complementar os dados da documentação manuscrita recolhida por esse autor. Esse mesmo método de análise seria empregado, anos depois, por Flávio Gomes (2005), em seu estudo sobre os mocambos setecentistas das Minas Gerais.

Ou seja, a novidade apresentada por Junia Furtada está, não necessariamente, no uso metodológico de mapas e plantas, mas sim pelo modo como eles recebem destaque na sua narrativa sobre os quilombos mineiros, mais precisamente sobre o Quilombo do Campo Grande.

No ano de 2021, Flávio Gomes e João Reis organizaram uma nova coletânea, intitulada *Revoltas escravas no Brasil*. Não obstante as conspirações, sedições, revoltas, sublevações, rebeliões, entre outros modos mais radicais de os escravizados resistirem, serem os principais aspectos retratados nessa obra, o seu primeiro capítulo versa sobre Palmares.

Vale salientar, no entanto, que Palmares não encontrou espaço nessa obra por conta da sua origem, assim como a de muitos outros quilombos do Brasil, estar associada a episódios de revoltas escravas, mas sim por ele se constituir, enquanto durou, uma “espécie de revolta permanente”,



como então indicou Flávio Gomes e João Reis (2021, p. 13).

O artigo em questão, de autoria Luiz Felipe de Alencastro (2021), corresponde a uma versão ampliada e atualizada de um outro artigo seu publicado, no ano de 2010, em uma coletânea denominada *Mocambos de Palmares*, organizada por Flávio Gomes. Trata-se de um estudo em que Luiz Felipe de Alencastro demonstra, sobretudo, como a experiência pretérita adquirida por alguns militares e milicianos que, intermitentemente, estiveram ocupados em guerras nas duas margens do Atlântico, especialmente em Angola e no Brasil, permitiu que eles estivessem dotados de um empirismo necessário para desenvolver estratégias e métodos de combates que seriam, pouco depois, empregados contra os negros aquilombados em Palmares. Ou seja, as experiências vivenciadas na África eram importantes não apenas para os quilombolas, mas ainda para os milicianos antipalmaristas.

Sem dúvidas, Palmares continuou sendo o quilombo do Brasil que mais atraiu o olhar de pesquisadores nessas quatro últimas décadas. Entre os estudos publicados no âmbito da História, pode-se destacar aqui os seguintes: *Palmares*, publicado por Flávio Gomes no ano de 2005, e a mencionada coletânea *Mocambos de Palmares*, organizada por esse mesmo autor.

Já Silvia Lara publicou, em parceria com o filólogo Phablo Fachin, no ano de 2021, a obra *Guerra contra Palmares – o manuscrito de 1678*, na qual apresentam uma releitura e reanálise da *Relação da ruína dos Palmares*, nome dado ao manuscrito de autoria do Padre Antônio da Silva que relata, detalhadamente, as *entradas* comandadas por Manuel Lopes e Fernão Carrilho, as quais resultaram na destruição de muitas cercas e na captura de mais de 200 pessoas; o documento conclui com as negociações que derivaram no acordo de paz, datado do ano de 1678, entre Gana Zumba e o governo de Pernambuco.

Um ano depois, Silvia Lara (2022) publicou *Palmares & Cucaú*, na qual explorou, mais minuciosamente, as circunstâncias que precederam e deram causa, assim como o desenrolar do cumprimento das cláusulas do mencionado acordo de paz. O seu estudo, porém, não se resume apenas a esse episódio da História de Palmares. Silvia Lara, ao consultar, manusear, reler e aprimorar o procedimento de **análise histórica** em antigos e novos manuscritos por ela encontrados, apresenta não apenas o ponto de vista — significados, nexos, escolhas — dos *palmaristas*, mas ainda corrige nomes e expressões que, usualmente, eram mencionados por pesquisadores que outrora se debruçaram na documentação reproduzida a respeito de Palmares.

É de supor que, ao alcançar este momento do artigo, algum leitor possa estar sentindo incomodado pela ausência de um ou outro estudo e, até mesmo, de algum autor ou autora entre os que acabaram sendo aqui mencionados. Quero dizer que, apesar do quadro aqui ser, suponho, amplo, ele não pretendeu, em momento algum, ser completo. O que se apresentou aqui corresponde apenas às principais problemáticas que, mais recentemente, permearam o assunto dos quilombos

na historiografia nacional. Neste sentido, por mais que alguém possa questionar alguma ausência, pode-se, por meio do que se indicou aqui, e sem sombra de dúvidas, perceber os principais vieses interpretativos e metodológicos com que se produziu os estudos sobre os quilombos do período da escravidão no Brasil nas duas últimas décadas.

Considerações Finais

Três momentos marcaram o processo de escrita da História dos quilombos do período da escravidão no Brasil. O primeiro, iniciado na década de 1930, procurou entender os quilombos, especialmente Palmares, como um movimento de resistência aculturativo; daí essa via de interpretação ser reconhecida enquanto **culturalista**. Já a segunda corrente, iniciada com a publicação da obra de Clóvis Moura, no ano de 1959, interpretaria o protesto escravo e, conseqüentemente, o quilombo como exemplo de que as relações entre senhores e escravos eram marcadas pela opressão, pela violência.

Os estudiosos que se associaram a essa corrente de pensamento eram, sobretudo, devotos do pensamento marxista, por isso se convencionou denominar essa segunda maneira de interpretar a História dos quilombos do Brasil enquanto **materialista**. Eles seriam os principais responsáveis por expandir não apenas a experiência nos quilombos para muito além de Palmares, mas ainda por promoverem discussões mais precisas sobre o modo de vida nos quilombos como, por exemplo, economia e meios de produção, *modus operandi* e estratégias de combate, além de estabelecimento de relações sociais e comerciais, entre outros.

É possível, na verdade, indicar que as abordagens **materialistas** deram o pontapé inicial em muitas discussões que seriam desenvolvidas a partir do início da década de 1990, quando se instituiria um novo modo de se interpretar e escrever a História dos quilombos do período da escravidão.

Esse novo modo, que aqui se reconhece enquanto um terceiro momento da escrita dos quilombos do Brasil, se iniciou com a publicação das pesquisas de Flávio Gomes sobre os mocambos e as comunidades de senzalas do Rio de Janeiro do século XIX. Trata-se de um estudo que rompe com os esquematismos, até então, apresentados e promove uma mudança analítica importante, na medida em que centra a análise na perspectiva dos quilombolas, no sentido que eles emprestavam as suas ações; as quais, diga-se de passagem, seriam agora apontadas como capazes de impactar as relações senhores e escravos. Ou seja, os quilombolas, mesmo quando incursos e escondidos em ambientes densos e remotos, não deixavam de participar, por meio de complexas relações que impetravam com diversos outros segmentos sociais, das transformações históricas que estavam a ocorrer no regime escravista. Em suma, o isolamento pleno em um mundo marginal, nunca seria



uma conquista alcançada ou sequer mirada pelos quilombolas.

Trata-se de uma orientação analítica que vem sendo perseguida por alguns estudiosos dos quilombos do período da escravidão nessas últimas décadas, não obstante se perceber uma diminuição, nesse período, de pesquisas que procuram discutir esse assunto de modo mais amplo e sistemático. Não se pode, no entanto, restringir a diminuição dessas pesquisas no âmbito da História apenas ao alargamento do conceito de quilombo dentro da política de implementação do Art. 68 do ADCT. É de suma importância que se considere ainda questões e peculiaridades que são inerentes ao próprio processo de escrita da História da escravidão no Brasil.

Isso porque, a relevância alcançada pelo assunto dos quilombos, além da manutenção dele, durante anos, enquanto um dos mais estudados dentro da História da escravidão, estava associada à necessidade de romper com ideais de paternidade, docilidade, apatia e incapacidade política que permeavam o sistema escravista e/ou as pessoas escravizadas no Brasil. Todavia, uma vez superados esses ideais, novos assuntos passaram a atrair a atenção dos estudiosos da escravidão no Brasil. É possível, desse modo, dizer que não só o contorcionismo pelo qual passou o conceito do quilombo distanciou os operadores da História desse assunto, mas ainda o rompimento dos ideais anteriormente mencionados, os quais, ao serem contrapostos com mais perspicácia a partir da década de 1970, acabaram, de certo modo, contribuindo para o desenvolvimento da escrita da História da resistência e do protesto escravo no Brasil.

Referências

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. 2021. Palmares: batalhas da guerra seiscentista sul-atlântica. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 30-72.
- AMANTINO, Marcia. **O mundo dos fugitivos**: Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, dissertação de mestrado, 1996.
- AMANTINO, Marcia. **O mundo das feras**: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais. São Paulo: Annablume, 2008.
- AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.
- AZEVEDO, Larissa Biato de. A “destruição” de um quilombo na serra do Cubatão (1827-1828). **Afro-Ásia**, nº 64, p. 220-247, 2021.
- BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo, sempre fugindo**: escravidão, fugas escravas e fugitivos na Amazônia brasileira (1840-1888). Teresina: Cancioneiro, 2023.
- CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O negro e a violência do branco**: o negro em Sergipe. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1977.
- FLORENTINO, Manolo e AMANTINO, Marcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez/2012.



- FLORY, Thomas. Fugitive slaves and free society: the case of Brazil. **The Journal of Negro History**, vol. 64, nº 2, p. 116-130, 1979.
- FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. 2ª ed. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor**: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas. Fortaleza, CE: Plebeu Gabinete de Leitura, 2022.
- FURTADO, Junia Ferreira. “Mocambos e quilombos”. In: DORÉ, Andréa e FURTADO, Junia Ferreira. **História do Brasil em 25 mapas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 181-198.
- GENOVESE, Eugene Dominick. **Da rebelião à revolução**: as revoltas de escravos negros nas Américas. São Paulo: Global, 1983.
- GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos CVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005.
- GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Ed. rev. e ampl. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (org.). **Liberdade por um fio**: histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Mocambos de Palmares**: histórias e fontes (Séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
- GOMES, Flávio dos Santos e MACHADO, Maria Helena P. T. “Interiorização dos quilombos em São Paulo nos séculos XVIII e XIX”. **Iberoamericana**, nº 42, p. 93-109, 2011.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1ª ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. **Uma negação a ordem escravista**: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Ícone, 1988.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. Quilombos e política (MG -Século XVIII). **Revista de História**, Universidade de São Paulo, nº 132, p. 69-81, 1995.
- LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhor na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LARA, Sílvia Hunold e FACHIN, Phablo Roberto Marchis (orgs.) **Guerra contra Palmares**: o manuscrito de 1678. São Paulo: Chão Editora, 2021.
- LARA, Sílvia Hunold. **Palmares & Cucaú**: o aprendizado da dominação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.
- MAESTRI FILHO, Mario José. **Quilombos e quilombolas em terras gaúchas**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979.
- MARQUES, Danilo Luiz. **Sob a “sombra” de Palmares**: escravidão e resistência no século XIX. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.
- MELO, Josemir Camilo de. Quilombos em Pernambuco no século XIX: uma contribuição à história social. **Revista do Arquivo Público**. Recife, v. 31-32, n. 33-34, p. 16-49, 1977/1978.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. Quilombos, insurreições, guerrilhas. 3ª edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.
- MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Dandara, 2023.
- OLIVEIRA, Igor Fonseca de. **Negros dos matos**: histórias de comunidades quilombolas de Sergipe Del Rey (Séc. XIX). São Paulo: Editora Alameda, 2023.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. **Os quilombos brasileiros**. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador; Departamento de Cultura da SMEC, 1973.
- PRICE, Richard (org.). **Marron Societies**: rebel slave communities in America. 3nd. Edition, London: The John Hopkins Univ. Press, 1996.
- REBELATTO, Martha. **Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa e Pós-Graduação em História, Dissertação de Mestrado, 2006.
- REIS, João José. “Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia”. In: REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção**



da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REIS, João José. "Quilombos e revoltas escravas no Brasil. 'Nos achamos em campo a tratar da liberdade'". **Revista USP**, São Paulo, nº 28, pp. 14-39, dez/1995-fev/1996.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. "**Homens de ferro, mulheres de pedra**": o itinerário de resistência de africanos escravizados entre a África centro-ocidental e América espanhola: fugas, formação de quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). Curitiba: Appris, 2019.

ROSSI, Gustavo. **O intelectual feiticeiro**: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. Campinas, SP: Editora na Unicamp, 2015.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Universidade Federal do Pará, 1971.

SCHWARTZ, Stuart B. "Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil Colonial". **Estudos Econômicos**. São Paulo: Vol. 17, nº especial – O Protesto Escravo I, p. 61-88, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. "A historiografia recente da escravidão brasileira". In: **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, p. 21-88, 2001.

SILVA, Martiniano José da. **Sombra dos quilombos**. Goiânia: Ed. Barão de Itararé, 1974.

Informações Adicionais

Biografia profissional:

Igor Fonseca de Oliveira é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia, doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco e pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, campus dos Malês, na Bahia. É autor dos livros *Negros dos matos: histórias de comunidades quilombolas de Sergipe d'El Rey (Séc. XIX)* e *Vale dos quilombolas: repertório de fontes da escravidão em Sergipe (Séc. XIX)*.

Endereço para correspondência:

Av. Juvenal Eugênio Queiroz, s/n, Baixa Fria. São Francisco do Conde/BA. CEP.: 439000-000. Brasil.

Financiamento:

Não se aplica.

Conflito de interesse:

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética:

Não se aplica.

Preprint

O artigo não é um preprint.



Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.

Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe

Alfredo Nava Sánchez – Editor executivo

Direitos autorais

Copyright © 2026 Igor Fonseca de Oliveira

Histórico de avaliação

Data de submissão: 03/09/2024

Data de modificação: 03/05/2025

Data de aprovação: 26/07/2025

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

